GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S/A - AFEAM
CNPJ/MF 03.183.937/0001-38

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DEZEMBRO 2017
AFEAM

Gerência de Contabilidade - GECONT

AFEAM
FL.Nº 01

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
(Valores expressos em R$ mil)

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A – AFEAM cumpre o dever legal e institucional, de apresentar os principais fatos financeiros, operacionais e administrativos alcançados no decorrer do exercício de 2017. Consciente da sua missão perante a sociedade amazonense, a AFEAM busca cada vez mais consolidar sua função de agente fomentador de desenvolvimento social, econômico e financeiro aos empreendedores do Estado.

2. A EMPRESA

Como órgão integrante da administração indireta do Estado, constituída como empresa pública revestida da forma de sociedade anônima de capital fechado, a AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S/A – AFEAM teve sua criação autorizada pela Lei Estadual nº 2.505, de 12/11/1998 e suas regras de constituição e funcionamento definidas pela Resolução do CMN nº. 2.574/98, de 17/12/1998 (norma Regulamentadora do artigo. 1º, parágrafo 2º. da Medida Provisória 1.773/32, de 14/12/1998), revogada pela Resolução nº 2.828, de 30/03/2001. Obteve autorização do Banco Central do Brasil - BACEN para iniciar seu funcionamento em setembro de 1999 (carta DEORF/DEFIN nº 99/195, de 02/09/1999, publicada no diário oficial de mesma data). Enquadrada como Instituição Financeira por força do que dispõe a Medida Provisória nº 2.139-64, de 27/03/2001, com participação majoritária do Estado do Amazonas (representado por 99,98% das ações). A AFEAM tem como missão institucional: "Concorrer para o desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas, através de apoio creditício e de participações em ações técnicas público-privadas que propiciem a geração de trabalho e renda, e contribuam para a melhoria da qualidade de vida do povo amazonense".

3. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

3.1. Desempenho da AFEAM:

O desempenho da AFEAM está expresso nas ações realizadas no exercício de 2017, por meio de seus diversos segmentos, destacando-se:

AFEAM
FL.Nº 02

3.1.1. Interação e Intercâmbio de Informações

- Participação no Workshop da Semana de Ouvidoria e Acesso a Informação – Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, em Brasília - DF, no mês de março;
- Participação na Reunião da Comissão de Assuntos Contábeis e Financeiros – Associação Brasileira de Desenvolvimento - ABDE, no Rio de Janeiro – RJ, no mês de março;
- Participação na Reunião da Comissão de Legislação e Normas da Associação Brasileira de Desenvolvimento - ABDE, no Rio de Janeiro – RJ, no mês de abril;
- Participação na Reunião Técnica realizada na Secretaria do Tesouro Nacional, em Brasília – DF, no mês de junho;
- Visita técnica a Paranacidade e a Agência de Fomento do Paraná, em Curitiba – PR, no mês de junho;
- Participação no Workshop ABDE-BCB sobre Gerenciamento Integrado de Riscos, em Brasília – DF, no mês de junho;
- Participação na Reunião do Projeto de Revitalização da Cadeia Produtiva da Castanha do Brasil, em Manaus – AM, no mês de junho.
- Participação em reuniões do Banco Central do Brasil e da Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. – DESENBAHIA, em Salvador – BA, no mês de agosto;
- Participação no Curso IFRS 9, promovido pela Associação Brasileira de Desenvolvimento - ABDE no Rio de Janeiro – RJ, no mês de agosto;
- Participação na Reunião da Comissão de Governança, Gestão, Compliance e Risco, realizada na ABDE, no Rio de Janeiro – RJ, no mês de setembro;
- Participação na Reunião realizada na sede do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, em São Paulo – SP, no mês de outubro;
- Participação na Comissão de Legislação e Normas da Associação Brasileira de Desenvolvimento – ABDE, realizada no Rio de Janeiro – RJ, no mês de outubro;
- Participação na 108ª Assembleia Geral da ABDE em Brasília – DF, no mês de novembro.

AFEAM
FL.Nº 03

3.2. Desempenho Operacional:
3.2.1. Aplicação de Recursos

Distribuição Espacial das aplicações totais

Área Espacial	Nº Op	Valor	%	Nº Ocupações Geradas/Mantidas
Capital	4.645	39.208	52,46	13.935
Interior	5.294	35.534	47,54	15.882
TOTAL	**9.939**	**74.742**	**100,00**	**29.817**

Fonte: GETEC-Planejamento/Banco de Dados e Estatística

Aplicação por Fonte de Recurso

Fontes de Recurso	Nº Op	Valor	%
FMPES	9.911	64.755	86,64
RECURSOS PRÓPRIOS	28	9.987	13,36
TOTAL	**9.939**	**74.742**	**100,00**

Fonte: GETEC-Planejamento/Banco de Dados e Estatística

Aplicação por Setor Econômico

Setor Produtivo	Nº Op	Valor
PRIMÁRIO	1.692	15.640
SECUNDÁRIO	1.150	10.228
TERCIÁRIO	7.097	48.874
TOTAL	**9.939**	**74.742**

Fonte: GETEC-Planejamento/Banco de Dados e Estatística

Dos financiamentos contratados no exercício 2017, tomando-se por base todas as fontes de recursos, o FMPES comparece com cerca de 86,64% do total aplicado, constituindo-se a principal fonte dos recursos destinados às atividades fomentadas, tanto na capital, quanto no interior do Estado, com destaque para o programa de microcrédito AFEAM BANCO DO POVO, com volume aplicado de R$ 50.755, representado por 9.050 operações de crédito.

AFEAM
FL.Nº 04

3.4. Desempenho Social:

3.4.1. Responsabilidade Social - Política de Estágio

A AFEAM, ao final de 2017, apresentou um quadro com 46 estagiários, estudantes universitários, e 07 menores aprendizes - cursando o ensino médio e fundamental.

3.4.2. Responsabilidade Social - Geração e/ou manutenção de ocupações econômicas

Criada para fomentar a economia e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população amazonense, a AFEAM tem alcançado notável desempenho social. No interregno de janeiro a dezembro de 2017, os financiamentos concedidos, possibilitaram a geração e/ou manutenção de 29.817 postos de trabalho, distribuídos nos setores primário, secundário e terciário, da capital e do interior do Estado.

3.5. Gerenciamento de Riscos:

3.5.1. Sistema de Controles Internos e Riscos

O sistema de controles internos da AFEAM visa ser efetivo e consistente com a natureza, complexidade e risco das atividades por ela desenvolvidas, bem como a confiabilidade das informações, sua efetividade e eficiência na operacionalização em atendimento às leis e regulamentos, sobretudo do Banco Central do Brasil, e às suas próprias normas internas. A Estrutura de Controles Internos e Conformidade (Compliance) prevê os papeis e responsabilidades das diversas áreas da Agência de Fomento, assim como de todos os empregados, na implantação e implementação de controles pertinentes às suas atividades.

3.5.2. Gerenciamento de Riscos

Com o propósito de atender as diretrizes estabelecidas pelos órgãos do Sistema Financeiro Nacional e cumprir de maneira eficiente sua missão, a AFEAM criou, e segue implementando, suas diversas políticas, estruturas e sistemas de gerenciamento de riscos, dentre os quais se destacam:

3.5.2.1. Risco de Crédito

A estrutura de gerenciamento tem por finalidade identificar, avaliar, controlar, monitorar e sinalizar possíveis riscos, buscando mitiga-los em todo o sistema de crédito de forma preventiva. A referida estrutura é composta pela Diretoria; Diretor de Administração, Finanças e Tecnologia: Responsável pelo Gerenciamento do Risco de Crédito; Diretor de Crédito, Gerência de Cadastro, Análise e Contratação; Gerência de Controles Internos e Riscos; Comitê de Análise de Crédito; Gerência de Cobrança e Acompanhamento; Gerência Jurídica; Gerência Técnica; Gerência de Tecnologia da Informação; e Auditoria Interna, que possuem responsabilidades definidas.

AFEAM
FL.Nº 05

3.2.2. Administração de Crédito

A AFEAM adota a prática de cobrança preventiva e administrativa; acompanhamento de projetos financiados, ações de recuperação de crédito e campanhas de regularização, consideradas todas as fontes de recursos (Próprios, FMPES).

Dentro desta premissa, no decorrer de 2017, foram renegociadas 1.726 operações, no valor total de R$ 20.629, com destaque para as operações contratadas com recursos do FMPES, com 1.617 renegociações, o que totalizou R$ 17.823. Nesse período foram liquidadas 3.357 operações, no valor de R$ 26.716.

3.3. Desempenho na Gestão de Recursos Humanos

Em 31 de dezembro do corrente exercício, a AFEAM apresentou um quadro de pessoal efetivo composto por 156 empregados ativos, dos quais 85,9% possuem nível superior e 14,1% nível médio, possibilitando melhor qualidade aos serviços prestados. Com a filosofia de que cada empregado é elemento fundamental no cumprimento de sua missão, a AFEAM promove investimentos em eventos de capacitação e atualização de todo corpo funcional.

3.3.1. Capacitação Funcional

Mesmo com a redução de despesas, face a crise nacional, a Diretoria da AFEAM interessada na motivação de seus empregados, investiu em treinamentos para 116 empregados dentre os quais 56 participaram de eventos "in Company", além de participar de eventos externos e treinamentos custeados pelo Estado no período em referência.

3.3.2. Valorização Funcional

Além dos benefícios legais, a AFEAM estende a seus empregados:

- Complementação salarial ao auxílio doença/acidente previdenciário;
- Plano de saúde;
- Seguro de vida em grupo;
- Auxílio creche/babá;
- Auxílio educação;
- Auxílio especial para filhos com necessidades especiais;
- Extensão da licença maternidade;
- Auxílio refeição e cesta alimentação;
- Vale transporte;
- Plano de Emprego, Carreiras e Salários - PECS, que está sob revisão.
- Extensão da licença paternidade.

AFEAM
FL.Nº 06

3.5.2.2. Risco de Mercado

A estrutura de gerenciamento tem por finalidade identificar, avaliar, controlar, monitorar, sinalizar, possíveis riscos de mercado, buscando mitigar a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado, de forma preventiva. A referida estrutura é composta por Diretoria; Presidente - Diretor Responsável pelo Gerenciamento do Risco de Mercado; Assessoria Financeira; Gerência de Controles Internos e Riscos; e Auditoria Interna, que possuem responsabilidades definidas.

3.5.2.3. Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento tem por finalidade identificar, avaliar, monitorar, controlar, sinalizar e mitigar os riscos operacionais implícitos nas atividades da Instituição. A referida estrutura é composta pela Diretoria; Diretor de Crédito – Diretor Responsável pelo Gerenciamento do Risco Operacional; Auditoria Interna; Gerência de Controles Internos e Riscos; Gerência de Tecnologia da Informação; Gerentes; Coordenadores; e demais empregados da AFEAM, com suas respectivas responsabilidades definidas.

Além desses riscos, há outros que são gerenciados, como o gerenciamento de risco socioambiental e de liquidez. Riscos estes que, embora tenham suas próprias metodologias e estratégias de gerenciamento, são analisados de forma integrada. O cálculo do Patrimônio de Referência Mínimo para cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco, abaixo apresentada, é a concretização dessa visão sistêmica dos riscos.

3.5.3. Alocação de Capital para Cobertura de Risco

Com base nas normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Resolução nº 4.193/2013), a AFEAM aloca capital para a cobertura dos diversos tipos de risco previstos, destacando-se os Riscos de Crédito, o de Mercado e Operacional, bem como a parcela de capital para cobertura do risco das exposições sujeitas à variação de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (parcela RBAN), e ainda o Adicional de Conservação de Capital Principal. Esses valores são calculados mediante metodologia definida por aquele Órgão Regulador, apurados e informados, mensalmente, através do Demonstrativo de Limites Operacionais – DLO. Em 31.12.2017, apresenta a composição abaixo (em R$ mil):

AFEAM
FL.Nº 07

A - Patrimônio de Referência (PR)	**93.233**
B - Ativos Ponderados por Risco (RWA)	**260.790**
B.1- RWA para Risco de Crédito (RWA CPAD)	200.378
B.2- RWA para Risco de Mercado (RWA MPAD)	4.179
B.3- RWA para Risco Operacional (RWA OPAD)	56.233
C - PR Mínimo para Cobertura dos Ativos Ponderados	
Pelo Risco RWA (9,25% de **B**)	**24.123**
C.1- Parcela Risco de Crédito (RWA CPAD)	18.535
C.2- Parcela Risco de Mercado (RWA MPAD)	386
C.3- Parcela Risco Operacional (RWA OPAD)	5,202
D - Margem Patrimônio de Referência (**A – C**)	**69.110**
Índice de Basiléia = PR/(PR Min RWA/0,0925)*100	35,75%
E - Risco Carteira de Não Negociação: Parcela RBAN	**1.555**
F - Margem Patrimônio de Referência - RBAN (**D – E**)	**67.555**
Índice de Basiléia Amplo = PR/(PR Min RWA+RBAN/0,0925)*100	33,59%
G - Adicional de Conservação de Capital Principal (1,25% de **B**)	**3.260**
(Art. 8º, I, § 4º, III, Resolução nº 4.193/2013)	

Fonte: GECOR

3.5.4. Capacidade de Alavancagem Financeira

O Patrimônio de Referência Mínimo Requerido pelo Banco Central do Brasil, para a alocação de capital para a cobertura dos riscos, em 31.12.2017, é de R$ 24.123, que acrescido da Parcela RBAN, mais o Adicional de Conservação de Capital Principal, nos valores respectivos de R$ 1.555 e R$ 3.260, totalizam o montante de R$ 28.938, correspondendo a 31,04% do Patrimônio de Referência (PR) apurado na referida data, no valor de R$ 93.233. No confronto desses valores, a AFEAM dispõe de uma margem operacional da ordem de R$ 64.295 (R$ 93.233 – R$ 28.938), representando 222,18% do montante acima citado (R$ 28.938). Considerando o fator "F" de 9,25% (nove inteiros e vinte e cinco centésimos por cento), mais o Adicional de Conservação de Capital Principal de 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento), previstos, respectivamente, no inciso III do art. 4º e no inciso II do art. 8º, da Resolução BACEN nº 4.193/2013, a AFEAM pode alavancar até 9,5 vezes (1/0,105) a sua margem operacional, o que corresponde ao montante de R$ 610.802 (R$ 64.295 x 9,5).

AFEAM
FL.Nº 08

3.6. Ouvidoria

A AFEAM, em cumprimento das disposições legais e normativas vigentes, na égide da Resolução nº 4.433, de 23/07/2015 e da Resolução nº 3.778, de 30/12/2015, ambas do Banco Central do Brasil, e demais dispositivos, tem em sua estrutura organizacional o componente de Ouvidoria, devidamente estruturada para o desempenho de suas atribuições e atividade correlatas, constituindo-se o canal direto de comunicação dos cidadãos com a AFEAM, e tendo como objetivo maior 'representar o interesse do cliente/cidadão junto a Agência, defendendo o direito de terem suas demandas adequadamente colhidas e tratadas, inclusive na mediação de conflitos em situações antagônicas', de modo a garantir a livre expressão de todos, atuando sob o princípio da ética, da eficiência e da transparência na relação da Agência com a sociedade, a fim de possibilitar que qualquer cidadão manifeste sua opinião, quer sejam denúncias, reclamações, solicitações de informações, sugestões, críticas e elogios, as quais são recebidas por meio dos canais de comunicação disponíveis, a saber: a) Ligação gratuita: 0800-286-3066; b) E-mail: ouvidoria@afeam.org.br; c) Presencialmente na sede da Agência; d) Cartas endereçadas à sede da AFEAM: Avenida Constantino Nery, nº 5.733, Flores, Manaus/AM - CEP: 69058-795; e) Caixas coletoras de manifestações disponibilizadas na entrada principal da Instituição; f) Acesso ao site: http://www.afeam.am.gov.br; g) WhatsApp: 92 98844 - 2075.

DEMANDAS DA OUVIDORIA - 2017					
Demandas de Ouvidoria			Atendimentos Totais		
Tipo	Qtd	%	Canal	Qtd	%
Denúncia	1	4	Denúncia	1	0
Reclamação	19	76	Reclamação	4.336	17
Informação	4	16	Informação	21.178	83
Sugestão	1	4	Sugestão	-	0
Elogio	-	0	Elogio	-	0
Total	**25**	**100**	**Total**	**25.515**	**100**

Fonte: Ouvidoria

AFEAM
FL.Nº 09

3.7. Desempenho Econômico-Financeiro:

3.7.1. Resultado

Ao término do exercício de 2017 a AFEAM apresentou resultado negativo de R$ 18.812 (prejuízo contábil), conforme registrado no balanço patrimonial do mês de dezembro. Esse resultado foi fortemente influenciado pelas Provisões de Operações de Crédito no valor de R$23.095, referentes as operações realizadas em gestões anteriores; e Provisões Trabalhistas, no valor de R$ 5.600 para servir de cobertura a possíveis passivos decorrentes de ação coletiva iniciada em 2010.

3.7.2. Patrimônio de Referência - PR

O Patrimônio de Referência da Agência em 31 de dezembro de 2017, corresponde a R$ 93.233.

4. Agradecimentos

Apresentamos os agradecimentos ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Amazonas, Amazonino Armando Mendes, pela orientação e apoio no sentido de qualificar a Instituição como um instrumento a serviço do desenvolvimento do Estado e, sobretudo, pela confiança depositada na Administração desta Casa. De igual modo, expressamos nossos agradecimentos aos membros do Conselho Fiscal e também aos parceiros técnicos IDAM, SEBRAE e demais parceiros, pelo harmônico trabalho de parceria; aos empregados da Instituição pela dedicação e comprometimento com a empresa, além da população amazonense - razão maior da existência da AFEAM.

ALEX DEL GIGLIO
DIRETOR - PRESIDENTE

Av. Constantino Nery nº 5.733 – Flores
Fone (92) - (3655-3033/3655-3045)
Ouvidoria – 0800 286 3066
Manaus-AM - CEP: 69.058.795

AFEAM
Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A.

GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S/A - AFEAM
CNPJ/MF 03.183.937/0001-38

AFEAM
FL. Nº 10

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 / 12 / 2017

VALORES EM R$ MIL

	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	**281.757**	**200.112**
DISPONIBILIDADES	**10.747**	**497**
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	**192.636**	**128.551**
CARTEIRA PRÓPRIA	192.636	128.551
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**10.494**	**1.386**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**10.494**	**1.386**
SETOR PRIVADO	14.659	11.099
(PROVISÃO CRED. LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)	(4.165)	(9.713)
OUTROS CRÉDITOS	**2.784**	**1.842**
RENDAS A RECEBER	822	313
DIVERSOS	2.347	1.599
(PROVISÃO CRED. LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)	(385)	(70)
OUTROS VALORES E BENS	**65.096**	**67.836**
OUTROS VALORES E BENS	68.604	71.311
(PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO)	(3.508)	(3.475)
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**164.224**	**162.233**
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	**153.759**	**122.959**
CARTEIRA PRÓPRIA	181.834	149.573
(PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE TÍTULOS)	(28.075)	(26.614)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**9.148**	**38.049**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**9.148**	**38.049**
SETOR PRIVADO	30.068	38.049
(PROVISÃO CRED. LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)	(20.920)	
OUTROS CRÉDITOS	**1.317**	**1.225**
DIVERSOS	1.567	1.225
(PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO)	(250)	
PERMANENTE	**10.532**	**10.288**
INVESTIMENTOS	**119**	**119**
OUTROS INVESTIMENTOS	119	119
IMOBILIZADO DE USO	**9.885**	**9.860**
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	-	163
IMÓVEIS DE USO	8.933	8.686
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO	4.122	4.091
(DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS)	(3.170)	(3.080)
INTANGÍVEL	**528**	**309**
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	648	430
(AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS)	(120)	(121)
TOTAL DO ATIVO	**456.513**	**372.633**

	2017	2016
PASSIVO CIRCULANTE	**341.731**	**205.088**
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS	**5.457**	**11.624**
BNDES	1.211	1.201
FINAME	1.742	1.860
OUTRAS/FMPES ESPECIAL	2.504	8.563
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**336.274**	**193.464**
COBRANÇA E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E ASSE	23	-
FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	6.033	10.687
FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO	317.694	178.894
FMPES	315.722	176.168
OUTROS FUNDOS	1.972	2.726
DIVERSAS	12.524	3.883
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**21.153**	**55.395**
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS	**21.153**	**55.395**
BNDES	2.598	3.757
FINAME	2.253	3.991
OUTRAS/FMPES ESPECIAL	16.302	47.647
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**93.629**	**112.150**
CAPITAL:	129.986	129.986
DE DOMICILIADOS NO PAÍS	129.986	129.986
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(36.357)	(17.836)
TOTAL DO PASSIVO	**456.513**	**372.633**

(AS NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRAM O CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS)

Alex Del Giglio
Diretor - Presidente

Wanderlan Martinho Neves Junior
Diretor de Administração, Finanças e Tecnologia

Lina Fernandes Pires da Silva
Contadora CRC/AM 9.991/O-2

GOVERNO DO ESTADO DO

AMAZONAS

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S/A - AFEAM

CNPJ/MF 03.183.937/0001-38

AFEAM FL.Nº 11

AFEAM

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 / 12 / 2017

VALORES EM R$ MIL

	2.º SEMESTRE 2017	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**13.734**	**29.802**	**38.471**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.582	3.110	7.192
RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	12.197	26.800	31.496
RESULTADO COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(45)	(108)	(217)
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(23.232)**	**(24.467)**	**(6.847)**
OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS E REPASSES	(813)	(1.723)	(2.816)
PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(22.548)	(23.095)	(6.107)
REVERSÃO DE PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	129	351	2.076
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(9.498)**	**5.335**	**31.624**
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	**(8.608)**	**(14.477)**	**(12.339)**
RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	20.266	36.336	31.138
DESPESAS DE PESSOAL	(16.446)	(31.524)	(29.096)
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(3.300)	(6.637)	(8.408)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(2.022)	(3.648)	(3.241)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	97	205	100
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(7.203)	(9.209)	(2.832)
RESULTADO OPERACIONAL	**(18.106)**	**(9.142)**	**19.285**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**(374)**	**(1.551)**	**(30.161)**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE LUCRO E PARTICIPAÇÕES	**(18.480)**	**(10.693)**	**(10.876)**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**(4.304)**	**(8.119)**	**(10.083)**
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	(2.360)	(4.451)	(5.530)
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(1.944)	(3.668)	(4.553)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO)	**(22.784)**	**(18.812)**	**(20.959)**
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL (NÚMERO DE AÇÕES EM 31 / 12 / 2017 É 129.985.835 E EM 31 / 12 / 2016 É DE 129.985.835)	**(0,1753)**	**(0,1447)**	**(0,1612)**

(AS NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRAM O CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS)

Alex Del Giglio
Diretor - Presidente

Wanderlan Marinho Neves Junior
Diretor de Administração, Finanças e Tecnologia

Lina Fernandes Pires da Silva
Contadora CRC/AM 9.991/O-2

AFEAM
FL.Nº 12
91

AFEAM

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODO: 01 / 01 / 2017 A 31 / 12 / 2017

VALORES EM R$ MIL

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCRO		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS
		LEGAL	OUTRAS		
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 30 / 06 / 2017	129.986	198	-	(14.062)	116.122
1 - AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES	-	-	-	291	291
2 - PREJUÍZO DO PERÍODO	-	-	-	(22.784)	(22.784)
3 - REVERSÃO DE RESERVA	-	(198)	-	198	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31 / 12 / 2017	129.986	-	-	(36.357)	93.629
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	(198)	-	(22.295)	(22.493)
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 31 / 12 / 2015	120.859	3.167	3.617	-	127.643
1 - AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES	-	-	(44)	-	(44)
2 - AUMENTO DE CAPITAL DO PERÍODO	9.127	-	(3.617)	-	5.510
3 - PREJUÍZO DO PERÍODO	-	-	-	(20.959)	(20.959)
4 - REVERSÃO DE RESERVA	-	(3.386)	(4.113)	7.499	-
5 - DESTINAÇÕES	-	219	4.157	(4.376)	-
1 - RESERVAS	-	219	4.157	(4.376)	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31 / 12 / 2016	129.986	-	-	(17.836)	112.150
MUTAÇÕES DO PERÍODO	9.127	(3.167)	(3.617)	(17.836)	(15.493)
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 31 / 12 / 2016	129.986	-	-	(17.836)	112.150
1 - AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES	-	-	-	291	291
2 - PREJUÍZO DO PERÍODO	-	-	-	(18.812)	(18.812)
3 - REVERSÃO DE RESERVA	-	(198)	-	198	-
4 - DESTINAÇÕES	-	198	-	(198)	-
1 - RESERVAS	-	198	-	(198)	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31 / 12 / 2017	129.986	-	-	(36.357)	93.629
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	-	(18.521)	(18.521)

(AS NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRAM O CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS)

Alex Del Giglio
Diretor - Presidente

Wanderlan Marinho Neves Junior
Diretor de Administração, Finanças e Tecnologia

Lina Fernandes Pires da Silva
Contadora CRC/AM 9.991/O-2

AFEAM
FL.Nº 13

AFEAM

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
MÉTODO INDIRETO
EM 31 / 12 / 2017

VALORES EM R$ MIL

		2º SEMESTRE 2017	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**(18.480)**	**(10.693)**	**(10.876)**
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO ANTES DOS IMPOSTOS		**22.796**	**23.408**	**7.456**
PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA		22.548	23.095	6.107
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		93	189	489
(REVERSÃO) DE PROVISÕES PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA		(129)	(351)	(2.076)
(REVERSÃO) DESPESAS COM PROVISÕES CÍVEIS, TRABALHISTAS E FISCAIS		(32)	(36)	142
PERDA NA VENDA DE BENS NÃO DE USO PRÓPRIO		275	275	328
DESVALORIZAÇÃO DE OUTROS VALORES E BENS		(55)	(55)	2.466
AJUSTES CREDORES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		273	468	
AJUSTES DEVEDORES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		(177)	(177)	
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO		**4.316**	**12.716**	**(3.420)**
(AUMENTO) REDUÇÃO EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL		(2.532)	(2.385)	16.235
(AUMENTO) REDUÇÃO EM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		4.514	(30.799)	(99.742)
(AUMENTO) REDUÇÃO EM DEVEDORES POR COMPRA DE VALORES E BENS		416	(1.521)	869
(AUMENTO) REDUÇÃO EM OUTROS CRÉDITOS		728	(77)	1.477
(AUMENTO) REDUÇÃO EM OUTROS VALORES E BENS		23	51	(45)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM OUTRAS OBRIGAÇÕES		109.411	142.844	34.442
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PAGOS		(4.304)	(8.119)	(10.083)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/UTILIZADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**112.572**	**112.709**	**(60.267)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:				
ALIENAÇÃO DE BENS NÃO DE USO PRÓPRIO		2.213	4.457	2.253
ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO DE USO E DE ARRENDAMENTO		36	248	25
AQUISIÇÃO DE BENS NÃO DE USO PRÓPRIO		(1.989)	(1.989)	(2.459)
AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO DE USO E DE ARRENDAMENTO		(41)	(462)	(343)
APLICAÇÃO NO INTANGÍVEL		(16)	(219)	(218)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		**203**	**2.035**	**(742)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
AUMENTO (REDUÇÃO) EM OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES		(37.758)	(40.409)	(11.846)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**(37.758)**	**(40.409)**	**(11.846)**
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**75.017**	**74.335**	**(72.855)**
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	INÍCIO DO PERÍODO	128.366	129.048	201.903
	FIM DO PERÍODO	203.383	203.383	129.048
	AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**75.017**	**74.335**	**(72.855)**

(AS NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRAM O CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS)

Alex Del Giglio
Diretor - Presidente

Wanderlan Marinho Neves Junior
Diretor de Administração, Finanças e Tecnologia

Lina Fernandes Pires da Silva
Contadora CRC/AM 9.991/O-2

AFEAM
FL.Nº 14

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S/A - AFEAM
CNPJ/MF 03.183.937/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em R$ mil)

NOTA 1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, com atenção especial às Normas e Instruções emanadas do Banco Central do Brasil e em observância as disposições contidas nas Leis nº 6.404/1976, nº 11.941/2009 e nº 4.595/1964.

O Banco Central do Brasil, fundamentado na prerrogativa constante do art. 61 da Lei nº 11.941/2009 e do art. 4º, inciso XII da Lei nº 4.595/1964, estabeleceu para as instituições financeiras por ele autorizadas a funcionar, modelos específicos de documentos contábeis, por meio do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, capítulos 1.22.2 (Normas Básicas) e 3 (Documentos). Por esse motivo, apresentamos as demonstrações contábeis nos modelos BACEN, inclusive o Balanço Patrimonial que mantém a estrutura básica anterior.

NOTA 2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, destacamos:

a. Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os Títulos Públicos Federais são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos (pré ou pós fixados) auferidos até a data do balanço, obedecendo ao regime contábil da competência. Os títulos são para negociação imediata e/ou mantidos até o vencimento. As cotas de Fundos de Investimento estão aplicadas em Bancos de primeira linha (Bradesco e Caixa Econômica Federal), lastreadas em sua totalidade por Títulos Públicos Federais. Essas aplicações em TVM apresentam baixo risco de crédito e boa liquidez, razão pela qual não registramos provisão para perda.

A AFEAM adquiriu vinte milhões de cotas do Fundo de Investimento em Participações Expert Valores, CNPJ 19.169.433/0001-01, com primeiro aporte em outubro de 2014 e segundo aporte em março de 2015, integralizando o montante de R$ 20.000, sendo remunerado pela taxa IPCA acrescida de 8% ao ano. Em 28/10/2016, a administradora do FIP Expert, empresa BNY Mellon, expediu o documento denominado "Fato Relevante" comunicando que em avaliação do Comitê de Crédito do Administrador o investimento do Fundo em debêntures conversíveis em ações, emitidas pela empresa Trans-Expert S/A, que representa a totalidade da carteira do Fundo, teve provisionamento contra perdas no valor de R$ 26.116. Em vista disso, no segundo semestre de 2016, a AFEAM procedeu ao registro desse valor na conta de *Provisão para Desvalorização de Títulos*, atualizado até 31/12/2017 que equivale ao montante de R$ 28.075. Com relação ao tema, a AFEAM tomou medidas judiciais e administrativas, em tramitação, objetivando a recuperação dos recursos investidos e apuração de responsabilidades.

O FIP Criatec III é um investimento em pequenas empresas emergentes e inovadoras. Essas empresas são geralmente nascentes, sem faturamento e com intenso conteúdo inovador. Essa característica enquadra o Criatec no segmento de Capital Semente. Essa modalidade de investimento é uma maneira de fomentar o segmento de empresas inovadoras no Amazonas, em sua maioria start ups. Por meio do Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, a AFEAM subscreveu R$ 3.000 em cotas do Fundo de Investimento em Participações Criatec III, CNPJ 23.456.268/0001-38, integralizando até 31/12/2017 o capital de R$ 150.

AFEAM
FL.Nº 152

Composição	Dez/17	Dez/16
Letras Financeiras do Tesouro	108.985	3.062
Letras do Tesouro Nacional	11.582	46.045
Notas do Tesouro Nacional	126.684	146.389
Cotas/Fundos de Renda Fixa	98.959	55.820
Cotas/Fundo em Participações	28.260	26.808
(-) Provisão para desvalorização de Títulos	(28.075)	(26.614)
Total	**346.395**	**251.510**

b. Operações de Crédito

Os Financiamentos são demonstrados pelo valor principal da operação, acrescidos dos encargos calculados *"pro-rata"* dia e apropriados ao resultado pelo regime de competência.

Em consonância com a Resolução BACEN nº 2.682, de 21/12/1999, as operações de crédito estão distribuídas nos níveis de risco A, B, C, D, E, F, G e H para as quais foram constituídas provisão com percentuais de 0.5; 1.0; 3.0; 10; 30, 50, 70 e 100, respectivamente. Tais operações encontram-se classificadas em: Indústria, Comércio, Serviço e Rural (Investimento e Comercialização).

Foram registradas no exercício de 2017, como baixa de operações de crédito de liquidação duvidosa, o total de R$ 6.807 (R$ 1.310 em 2016). As recuperações relativas aos créditos dessa espécie alcançaram o valor de R$ 171 (R$ 2.032 em 2016).

Composição da Carteira de Crédito e Parte de Outros Créditos

Atividade	Indústria	Comércio	Serviço	Rural	Física	Total
Nível A	1.516	398	878	0	0	2.792
Nível B	4.931	3.720	0	79	7	8.737
Nível C	2.469	1.988	3.811	50	0	8.318
Nível D	63	712	30	0	0	805
Nível E	0	0	2.112	91	0	2.203
Nível F	0	12	752	19	0	783
Nível G	0	0	237	129	0	366
Nível H	0	50	23.872	58	0	23.980
Total Geral	8.979	6.880	31.692	426	7	47.984

Composição da Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos

Atividade	Indústria	Comércio	Serviço	Rural	Física	Total
Nível A	8	2	4	0	0	14
Nível B	49	37	0	1	1	88
Nível C	74	60	114	2	0	250
Nível D	6	71	3	0	0	80
Nível E	0	0	634	27	0	661
Nível F	0	6	376	9	0	391
Nível G	0	0	166	90	0	256
Nível H	0	50	23.872	58	0	23.980
Total Geral	137	226	25.169	187	1	25.720

c. Outros Créditos

Composição	2017	2016
Rendas à Receber	822	313
Adiantamentos e Antecipações salariais	6	4
Devedores por Compra de Valores e Bens	3.258	1.737
Devedores por Depósitos em Garantia	119	307
Impostos e Contribuições à Compensar	92	92
Devedores Diversos – País	439	684
Total	**4.736**	**3.137**

AFEAM
FL.Nº 16

Devedores Diversos – País está composto de: Custas Judiciais e Cartoriais a Ressarcir R$ 10, Pendências a Regularizar R$ 1, Pendências Administrativas R$ 1, Férias Pagas R$ 397 e TAT- IDAM Adiantamento R$ 30.

d. Outros Valores e Bens

Composição	2017	2016
BNDUS/Imóveis	16.338	47.746
BNDUS/Máquinas e Equipamentos	7	779
BNDUS/Bens em Regime Especial	52.112	22.588
BNDUS - Provisão para Desvalorização	(3.508)	(3.475)
Material em Estoque	128	180
Despesas Antecipadas	19	18
Total	**65.096**	**67.836**

Os Bens Não de Uso Próprio - BNDUS têm a finalidade de amortização e/ou liquidação de operações de crédito, para posterior venda por meio de leilões públicos. A AFEAM realizou durante o exercício de 2017, o mapeamento da Gestão de BNDUS, com a organização efetiva da Gestão dos Bens, bem como a implantação do Manual de Procedimentos para desfazimento desses Ativos. Com a conclusão dessa atividade, foi possível realizar um leilão no final do exercício de 2017. Houve ajuste em provisão realizada em exercícios anteriores no total de R$ 177. A AFEAM procederá durante o exercício de 2018, as avaliações dos seus BNDUS e, se for o caso, a constituição de provisão para desvalorização desses Bens até 31/12/2018, em cumprimento ao prazo concedido pelo órgão regulador e fiscalizador para essas avaliações.

e. Imobilizado de Uso

É demonstrado ao custo de aquisição menos a depreciação acumulada.

No exercício de 2017, em cumprimento ao que estabelece a Resolução BACEN nº 4.535, de 24/11/2016, foi implantada a nova metodologia do cálculo para apuração da depreciação societária (IFRS), a qual tem por base a estimativa de vida útil dos bens, seu valor de mercado e valor residual, fundamentados em laudo de avaliação dos bens do ativo imobilizado.

Para atendimento à legislação tributária, foi mantida a metodologia do cálculo para apuração da depreciação fiscal (BR), pelo método linear, com base em taxas anuais, sendo: edificações 4%; móveis/equipamentos de uso e outros bens depreciáveis 10%; processamento de dados 20%.

Imobilizado de Uso	Saldo Em 31/12/15	Movimentação 2016			Saldo Em 31/12/16	Movimentação 2017			Saldo Em 31/12/17
		Adição	Baixa			Adição	Baixa		
			Depreciação	Outras			Depreciação	Outras	
Imobilizado em Curso	25	163	0	25	163	48	0	211	0
Terrenos	7.287	0	0	0	7.287	0	0	0	7.287
Edificações	964	42	59	0	947	247	24	0	1.170
Instalações	71	0	15	0	56	0	1	0	55
Aparelhos Refrigeração	150	0	24	0	126	91	9	0	208
Biblioteca	2	0	1	0	1	0	0	1	0
Mobiliário	237	88	39	0	286	25	17	0	294
Equipamentos	138	33	33	0	138	10	24	14	110
Sistemas Comunicação	21	16	4	0	33	12	4	9	32
Sistemas Proc. Dados	1.077	0	279	0	798	28	106	13	707
Sistemas Segurança	29	1	5	0	25	1	4	0	22
Total Geral	**10.001**	**343**	**459**	**25**	**9.860**	**462**	**189**	**248**	**9.885**

O valor contábil bruto dos ativos totalmente depreciados até 31/12/2017 é de R$ 1.390 (R$ 1.404 em 2016). A AFEAM não tem registro de bem do ativo imobilizado dado em garantia de passivos.

Com a implantação da série IFRS, contemplando a nova metodologia de cálculo da depreciação, foi necessário a criação de subcontas contábeis de controle para registrar a diferença entre a depreciação societária (IFRS) e a depreciação fiscal (BR). Essa diferença será utilizada mensalmente para a

AFEAM
FL.Nº 17

apuração do IRPJ e CSLL, bem como servirá de parâmetro no SPED ECF - Escrituração Contábil Fiscal.

Descrição da Subconta de Depreciação Acumulada	Saldo em 31/12/17
Imóveis de Uso - Edificações	44
Instalações	15
Aparelho de Refrigeração	21
Biblioteca	1
Mobiliário	29
Equipamentos	10
Sistema de Comunicação	1
Sistema de Processamento de Dados	170
Sistema de Segurança	1
Total Geral	**292**

f. Intangível

No exercício de 2017, em cumprimento ao que estabelece a Resolução BACEN nº 4.534, de 24/11/2016, foi implantada a nova metodologia do cálculo para apuração da amortização societária (IFRS), a qual tem por base a estimativa de vida útil dos bens, seu valor de mercado e valor residual, fundamentados em laudo de avaliação dos bens do ativo intangível.

Para atendimento à legislação tributária, foi mantida a metodologia do cálculo para apuração da amortização fiscal (BR), pelo método linear, com base em taxas anuais, sendo: sendo gastos com ativos intangíveis amortizados em 5 anos, à taxa de 20% ao ano, limitado ao tempo de direito de uso.

Com a emissão dos laudos de avaliação, os bens intangíveis da AFEAM foram caracterizados como "bens com vida útil indeterminada", ou seja, não sofrerão amortização societária por se tratar de softwares que serão utilizados por tempo indefinido.

Intangíveis	Saldo Em 31/12/15	Movimentação 2016			Saldo Em 31/12/16
		Adição	Baixa		
			Amortização	Outras	
Outros Ativos	121	218	30	0	309
Total Geral	**121**	**218**	**30**	**0**	**309**

Movimentação 2017			Saldo Em 31/12/17
Adição	Baixa		
	Amortização	Outras	
219	0	0	528
219	**0**	**0**	**528**

O valor contábil bruto dos ativos totalmente amortizados até 31/12/2017 é de R$ 68 (R$ 38 em 2016). A AFEAM não tem registro de bem do ativo intangível dado em garantia de passivos.

Com a implantação da série IFRS, contemplando a nova metodologia de cálculo da amortização, foi necessário a criação de subcontas contábeis de controle para registrar a diferença entre a amortização societária (IFRS) e a amortização fiscal (BR). Essa diferença será utilizada mensalmente para a apuração do IRPJ e CSLL, bem como servirá de parâmetro no SPED ECF - Escrituração Contábil Fiscal. Considerando que os bens do ativo intangíveis não sofrem amortização societária, o valor da subconta é o mesmo da amortização fiscal.

Descrição da Subconta de Amortização Acumulada	Saldo em 31/12/17
Ativos Intangíveis adquiridos antes de 01/10/2013	12
Ativos Intangíveis adquiridos após 01/10/2013	92
Total Geral	**104**

NOTA 3. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO BNDES, FINAME E FMPES ESPECIAL

Os recursos de repasses têm os seguintes encargos e são calculados e apropriados "*pro rata*", pelo regime de competência mensal:

a. BNDES/FINAME - 1% de juros ao ano, mais TJLP, com vencimento até 15/02/2021.

b. Programa FMPES Especial - 15% dos rendimentos dos financiamentos concedidos ao Setor Primário e 35% dos rendimentos concedidos aos Setores Secundário e Terciário. A AFEAM, desde 2014, não contrata novas operações de crédito com recursos desse Programa.

AFEAM
FL.Nº 18

No exercício de 2017 foi realizado levantamento dos recursos repassados à AFEAM para aplicação no Programa FMPES Especial. Esse levantamento resultou em ajustes relativos a juros e liberações, contabilizados em conta de Obrigação R$ 32.471 e Lucros/Prejuízos Acumulados R$ 273.

Composição	2017	2016
BNDES	3.809	4.958
FINAME	3.995	5.851
FMPES Especial	18.806	56.210
Total	**26.610**	**67.019**

NOTA 4. OUTRAS OBRIGAÇÕES – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Composição	2017	2016
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar (Imposto de Renda e Contribuição Social).	4.220	6.099
Impostos e Contribuições à Recolher (serviços de terceiros, salários e outros).	1.813	4.588
Total	**6.033**	**10.687**

a. Imposto de Renda e Contribuição Social

A partir de janeiro de 2010, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido estão sendo calculados e apropriados, mensalmente, pelo Lucro Real (LALUR), mas recolhidos por estimativa mensal, com base na opção prevista nos artigos 221 a 232 do RIR/1999. Pelo ajuste anual, foi apurada diferença entre o valor calculado no exercício e o efetivamente recolhido, sendo R$ 2.063 para Imposto de Renda e R$ 2.157 para Contribuição Social. Essa diferença será paga no prazo regulamentar. A alíquota do Imposto de Renda Pessoa Jurídica foi de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% a título de adicional, conforme o estabelecido na Lei nº 9.249/2005. A alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foi de 20%, em cumprimento a Lei nº 13.169/2015.

b. Serviços de Terceiros, Salários e Outros

Serviços de Terceiros R$ 180; Salários R$ 1.110; Outros R$ 523, sendo COFINS R$ 224, ISS Empresa R$ 263 e PIS 36.

NOTA 5. OUTRAS OBRIGAÇÕES – FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

A Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A é gestora e agente financeiro do *Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas - FMPES*, com saldo de R$ 315.722 (R$ 176.168 em 2016). Esses recursos serão destinados a: Trânsito R$ 22.095 (R$ 13.123 em 2016), Investimento Social R$ 8.532 (R$ 21 em 2016) e Financiamento R$ 285.095 (R$ 163.024 em 2016). A Agência de Fomento percebe remuneração de 4% ao ano, calculada sobre o saldo das contas do Fundo relativo à disponibilidade + operações de crédito + créditos compensados.

NOTA 6. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

Composição	2017	2016
Provisão para Pagamentos a Efetuar	3.039	2.750
Provisão para Contingências Passivas	9.017	430
Credores Diversos – País	468	703
Total	**12.524**	**3.883**

AFEAM
FL.Nº 19

a. Provisão para Pagamentos a Efetuar: está composto em sua totalidade de despesas de Pessoal.

b. Provisão para Contingências Passivas: são relativas à Ações trabalhistas R$ 5.600; Ações cíveis R$ 351 e Ações tributárias R$ 3.066. Em cumprimento ao disposto na Resolução BACEN nº 3823/2009 (CPC 25), as provisões são constituídas com base em prognósticos indicadores de perdas **"prováveis"**, elaborados por advogados patronos das causas.
Em relação às Ações trabalhistas, embora o prognóstico indicador de perda seja **"possível"** a Diretoria da AFEAM, embasada por parecer jurídico que indicou risco de desembolso de recursos e considerando a estimativa, confiável, de valor relevante, proveniente da Ação Judicial Trabalhista movida pelo Sindicato dos Bancários do Amazonas, aliado a possibilidade de sucesso das Ações Judiciais individuais ajuizadas pelos empregados, decidiu pelo provisionamento no montante de R$ 5.500, suficiente para cobrir os riscos de perdas estimadas com essas Ações em curso.
Quanto às Ações tributárias, a provisão refere-se à diferença de PIS e COFINS apurada entre o valor provisionado (calculado sobre as Receitas Totais – Operações de Crédito, Títulos e Valores Mobiliários, Prestação de Serviços e Outras Receitas Operacionais) e o efetivamente recolhido (limitado as Receitas de Prestação de Serviços), sob o amparo do Mandado de Segurança citado na Nota Explicativa nº 8, adiante.

c. Credores Diversos – País: está composto de Pagamentos a Processar R$ 142; Pendências a Regularizar R$ 16; Ação de Crédito – Capital / Interior R$ 45; Leilão R$ 41; Saldo Credor Cartão ZFV-Giro R$ 1; Pendências Administrativas R$ 1; Fornecedores Nacionais R$ 222.

NOTA 7 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

São processos judiciais e administrativos envolvendo Ações trabalhistas, cíveis e tributárias tendo a AFEAM como parte envolvida. Essas contingências são avaliadas juridicamente levando-se em consideração a probabilidade de perda da AFEAM na causa, com desembolso financeiro para liquidar a obrigação. Em cumprimento ao CPC 25, essa probabilidade é classificada como *possível* (que somente é divulgada sem a obrigação de ser provisionada), *provável* (para a qual é constituída provisão) e *remota* (que não requer provisão nem divulgação).

Composição	2017						Provisão
	Possível		Provável		Remota		
	Quantidade	R$	Quantidade	R$	Quantidade	R$	R$
Ações Trabalhistas	50	12.377	4	98	21	1.452	5.600
Ações Cíveis	1	301	14	351	5	3.301	351
Ações Tributárias (*)	2	13.264	-	-	-	-	3.066
Total	**53**	**25.942**	**18**	**449**	**26**	**4.753**	**9.017**

(*) um processo administrativo e um judicial.

NOTA 8. PIS e COFINS

a. Mandado de Segurança

A AFEAM impetrou em 2008, Mandado de Segurança (processo nº 2008.34.00.013625-3) contra a Receita Federal do Brasil objetivando a concessão de medida liminar para suspender a exigibilidade dos créditos tributários referentes ao PIS e COFINS indevidamente cobrados ante aplicação do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/1998 em função de tal dispositivo ter sido declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. A liminar foi deferida pela 9ª Vara Federal em maio de 2008, com a determinação de a AFEAM efetivar o recolhimento da COFINS com a base de cálculo do artigo 2º da Lei Complementar nº 70/1991 e do PIS com a base de cálculo prevista no artigo 3º da Lei 9.715/1998.
Em novembro de 2012, atendendo considerações jurídicas acerca da legitimidade da propositura, tendo como impetrado direto o delegado da Receita Federal do Brasil, a AFEAM apresentou um novo pedido de Mandado de Segurança Individual, junto à 3ª Vara da Justiça Federal no Amazonas, desta

AFEAM
FL.Nº 20

feita figurando como impetrado o Delegado da Receita Federal do Brasil em Manaus. O processo nº 17888-97.2012.4.01.3200 continua em tramitação na Justiça Federal; Em 31/12/2017 o montante atualizado é de R$ 3.066.

b. Auto de Infração

No primeiro semestre de 2015, foi concluído o procedimento de fiscalização da Receita Federal na AFEAM (processo nº 10283-720.620/2015-88) sobre o cumprimento das obrigações tributárias relativas ao PIS e à COFINS, pertinentes ao período de julho a dezembro de 2010 e janeiro a dezembro de 2011, o que resultou na lavratura de Autos de Infração para o PIS no valor de R$ 1.352 e para COFINS de R$ 5.937, que corrigidos monetariamente representam R$ 10.198 em 31/12/2017. Essas Autuações estão baseadas no fato de a AFEAM apurar essas contribuições pelo regime cumulativo e a Receita Federal ter entendimento diverso, ou seja, regime não cumulativo. A AFEAM não concordando com esses Autos, interpôs impugnação junto ao Delegado da Receita Federal, a qual ainda encontra-se em tramitação.

c. Apuração – Base de Cálculo

A contribuição do PIS foi calculada à alíquota de 0,65% e a contribuição da COFINS à alíquota de 4%.
A partir de janeiro de 2015 a AFEAM passou a recolher PIS e COFINS pelas receitas totais, exceto de Títulos e Valores Mobiliários, com base na Lei nº 12.973/2014, que estabeleceu novas regras de apuração para esses tributos (conceito da receita).

NOTA 9. CAPITAL SOCIAL

O capital social está representado por 129.985.835 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, participando o Estado do Amazonas como acionista controlador com 129.962.447 ações e o Município de Manacapuru/AM como acionista minoritário com 23.388 ações. O Estado do Amazonas detém 99,98% do capital social.

NOTA 10. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No exercício de 2017 foram efetuados ajustes na conta Lucros/Prejuízos Acumulados referentes à: BNDUS (R$ 177 à débito); juros indevidos de repasse ao FMPES por conta do Programa FMPES Especial (R$ 273 à crédito); diferença entre depreciação/amortização societária - IFRS e Fiscal - BR do Ativo Imobilizado/Intangível (R$ 195 à crédito), totalizando R$ 291.

NOTA 11. RESULTADO

O resultado do exercício de 2017 e os prejuízos acumulados estão compostos conforme tabela a seguir:

Descrição	Resultado do Exercício 2017	Lucros e Prejuízos Acumulados
	R$	R$
Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	-	(17.836)
Lucro 1º semestre 2017	3.774	3.774
Prejuízo 2º semestre 2017	(22.784)	(22.784)
Absorção de parte do prejuízo pela Reserva Legal [1]	198	198
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	291
Prejuízos Acumulados 2017	**(18.812)**	**(36.357)**

[1] *COSIF Normas Básicas, 1.20.4.2 e art. 189 da Lei nº 6.404/1976.*

NOTA 12 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

No exercício de 2017, para efeito de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, foi considerado como "Caixa e Equivalentes Caixa" apenas as contas de disponibilidade e aplicações financeiras (curto prazo), conforme o Pronunciamento Técnico CPC 03-Definições.

Alex Del Giglio
Diretor-Presidente

Wanderlan Martinho Neves Junior
Diretor de Administração, Finanças e Tecnologia

Lina Fernandes Pires da Silva
Contadora CRC/AM 9.991/O-2

AFEAM
Fls. 21

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
DIRETORES E ADMINISTRADORES DA
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. - AFEAM
Manaus - AM

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. – AFEAM (Entidade),** que compreendem os balanços patrimonial, em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. – AFEAM,** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e as variações patrimoniais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da conta Outros Valores e Bens era de R$ 65.096 mil, conforme nota explicativa 2 d), a administração procederá as avaliações dos seus bens não de uso, com prazo até 31 de dezembro de 2018 para sua realização, conforme concedido pelo órgão regulador e fiscalizador da entidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

AFEAM
Fl. Nº 22

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. – AFEAM** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu o relatório em 17 de fevereiro de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. – AFEAM** é responsável por essas outras informações que compreendemos Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. – AFEAM** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

AFEAM
FL.Nº 23

Os responsáveis pela governança da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. – AFEAM** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. – AFEAM**.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. – AFEAM**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso

AFEAM Nº 24

relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de março de 2018.

MACIEL AUDITORES S/S
1 CRC/RS 5.460/O-0 T SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
2 RS-071505/O-3 T SP
Sócio Responsável Técnico

LUCIANO GOMES DOS SANTOS
1CRC RS – 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico

AFEAM
FL.Nº 25
91

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S/A - AFEAM
CNPJ/MF 03.183.937/0001-38

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1 – DIRETORIA

Alex Del Giglio
Diretor - Presidente

Wanderlan Marinho Neves Junior
Diretor de Administração, Finanças e Tecnologia

Jacques Douglas Mota Gonçalves
Diretor de Crédito

2 – CONTADORA

Lina Fernandes Pires da Silva
CRC/AM - 9.991/O-2

AFEAM
FL.Nº 26

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 163 da Lei n.º 6.404, de 15/12/76, após examinar as Demonstrações Contábeis do exercício 2017, complementadas pelas Notas Explicativas, e considerando o Parecer dos Auditores Independentes, declara que encontrou as peças contábeis na mais perfeita ordem, concluindo por indicar à Assembléia Geral sua aprovação, na época devida.

Manaus/AM, 21 de março de 2018.

WILSON ANTÔNIO DA ROCHA
Presidente

ELIZA MARIA NASCIMENTO ALBUQUERQUE
Membro

FERNANDO SILVA MARQUEZINI
Membro

AFEAM
FL. Nº 27

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - AM

Certidão n.º: AM/2018/00000850
Nome: LINA FERNANDES PIRES DA SILVA CPF: 134.421.552-15
CRC/UF n.º AM-009991/O Categoria: CONTADOR
Validade: 11.06.2018
Finalidade: BALANÇO PATRIMONIAL, REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL

Confirme a existência deste documento na página www.crcam.org.br, mediante número de controle a seguir:

CPF : **134.421.552-15** Controle : **3089.5285.6540.7482**

AFEAM
FL.Nº 28

CRCRS

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : LUCIANO GOMES DOS SANTOS
REGISTRO..... : RS-059628/O-2
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 579.226.910-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 05.02.2018 as 11:06:32.
Válido até: 06.05.2018.
Código de Controle: 274076.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

AFEAM
FL.Nº 29

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

CFC
CRCSP

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO
Certidão nº: 2018/012018
Nome: ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
Registro: RS-071505/O-3 T SP Categoria: CONTADOR CPF/CNPJ: 902.384.350-91
Validade: 07/05/2018
Finalidade: Licitações e Concorrência

Confirme a veracidade deste documento no site www.crcsp.org.br, acessando a opção Consulta de Veracidade -> Certidões, mediante o número de controle a seguir:

Controle: 7591.7552.0887.4987